

RESISTÊNCIA CULTURAL EM DOIS INTELLECTUAIS NEGROS NO OITOCENTOS BRASILEIRO

Mestrando Douglas Ferreira de Paula

Resumo:

Dois intelectuais negros no Brasil do século XIX evidenciam, em suas trajetórias, as preocupações com o contexto sócio-histórico-cultural com que se defrontavam ao buscar um espaço de legitimação para os seus escritos. Luiz Gama, de um lado, constrangido pelos limites de uma sociedade escravagista e monárquica, e Cruz e Sousa, de outro, pela dinâmica de ascensão da Primeira República e pela elevação a estatuto de ciência das ideias racistas. Conhecidos cada qual, na historiografia, por papéis distintos: o primeiro, como um grande abolicionista e o segundo, como o grande poeta do fim do século, o percurso de ambos demonstra como são móveis as fronteiras entre os campos da cultura no Oitocentos brasileiro. Confundindo política e literatura, arte e protesto, parte da obra de cada um desses intelectuais focaliza a questão do “negro” na sociedade de capitalismo atrasado do século XIX e coloca as estratégias de resistência cultural às ideologias hegemônicas de construção de nacionalidade.

Palavras-chave: intelectuais negros, resistência cultural, história e literatura

1 Introdução

Trinta e um anos separam o nascimento de Luiz Gonzaga Pinto da Gama e João da Cruz: nascidos, em 1830 e 1861, respectivamente. Sem jamais se conhecerem, partilharam de experiências comuns no independente Brasil do século XIX: poetas e negros, sofrendo a estigmatização social por serem mais orgulhosos e ousados que a sociedade escravocrata permitia aos "homens de cor".

Embora semelhantes em alguns aspectos da vida, seriam conhecidos na história por papéis diferentes: o primeiro como importante ativista político do abolicionismo e o segundo como o maior poeta negro do século XIX. Aos que estão acostumados às fronteiras culturais entre “história” e “literatura”, Luiz Gama aparece como uma figura desimportante do universo literário brasileiro; do mesmo modo, o poeta catarinense é tido, pelas ciências sociais, como um autor de “alguns” textos em prosa e em verso da causa abolicionista.

Opostos dessa forma, obscurecem-se as táticas não intencionais, mas objetivas, de resistência ao racismo. A importância desses dois intelectuais negros do século XIX transcende as legendas que lhe seriam fixadas posteriormente. A presença e a circulação pelos meios intelectuais de seus feitos e obras permitiriam solidificar um discurso racializado que serviu como contraponto, mesmo que minoritário, às diferentes versões de paraíso e democracia racial, que se cristalizaram em nosso país a partir do século XIX (Azevedo: 1996).

Com estratégias distintas de inserção social, Luiz Gama e Cruz e Sousa foram

forçosamente sendo reconhecidos como pretos lutando contra as adversidades do Brasil do século XIX. Ainda que o reconhecimento de Cruz e Sousa tenha sido tardio, pois não gozava da influência que Luiz Gama conquistara nos últimos anos de sua vida, obrigou aos intelectuais negros e brancos observarem atentamente o Brasil da Primeira República com uns olhos mais atentos para a tragédia do preconceito racial.

Reconhecidos como intelectuais, a trajetória particular de cada um permite lançar luz à experiência do movimento abolicionista, observando, de modo diverso, aspectos relevantes da atuação militante nesse período, em que se consolidava um ideário de “nação” e de “modernidade”, como projeto hegemônico das elites dominantes.

Enquanto a historiografia reservou a Luiz Gama o papel de “abolicionista” e a Cruz e Sousa a de “poeta”, poder-se-ia perguntar sobre como se cruzam esses papéis na trajetória de ambos, evidenciando como no período eram móveis as fronteiras entre história, política e literatura.

Ressaltar o aspecto literário de Gama, enquanto se escava o papel militante de Cruz e Sousa permite visualizar o discurso que ajudaram a construir sobre o ser negro no Brasil. Sem negar a singularidade da biografia de cada um, pode-se ver no entrecruzamento de seus discursos, materializados em suas obras, o surgimento de um discurso antiescravista e antirracista, com base na assunção do conceito de raça.

2 Luiz Gama: da Bahia a São Paulo

Nascido em 21 de junho de 1830, Luiz Gama tinha como pai um fidalgo português e uma africana livre, de nome Luiza Mahin, supostamente ligada às insurreições de escravos na Bahia. Embora livre de nascimento, foi vendido pelo pai aos dez anos de idade e logo comercializado no Rio de Janeiro para um paulistano, o alferes Antônio Pereira Cardoso, o qual, inutilmente, tentou revendê-lo, mas não o conseguiu, porque o pequeno Luiz era baiano e sua terra natal era vista como lugar de tumulto e perigo pelos senhores das províncias do sul e sudeste do Império (Azevedo: 1999: 37).

Estabeleceu-se então como um escravo doméstico, aprendendo a lavar, a costurar e a atender os hóspedes do sobrado dos Cardoso. Por volta de 1847, um desses hóspedes teria ensinado as primeiras letras a Luiz Gama. Com 18 anos, sabendo ler e contar, resolveu fugir do cativo e, pelo depoimento do próprio Gama, conseguiu provar sua condição de negro livre.

Trabalhou em seguida por seis anos como praça da Força Pública de São Paulo. Depois seguiu a exercer inúmeras funções: copista de escrivão, escrivão de algumas autoridades policiais até ser nomeado amanuense oficial da Secretaria de Polícia. A sua condição de homem alfabetizado e de espírito prático permitiu que assegurasse essa estabilidade de funcionário público até 1869, quando seria demitido, por sua irreverência e ousadia ao defender a causa abolicionista.

Enquanto foi amanuense, pôde também dedicar-se ao jornalismo, publicando vários artigos em diferentes jornais e publicar sua única obra literária, o livro **Primeiras trovais burlescas de Getulino**, que saiu em 1859, tendo uma segunda edição já em 1861.

2.1 O poeta Luiz Gama

Ainda que não tenha se consagrado no cânone literário, sua poesia dá sinais de vigor intelectual e de um discurso afinado com o seu tempo. A predominância do satírico sobre o lírico responde à necessidade de transformar o cotidiano do Império em matéria poética.

Além de ter escrito as **Primeiras Trovas**, participou, dirigiu e redigiu jornais com forte apelo satírico. Entre eles, destaca-se o **Diabo Coxo** (que circulou de 1864 a 1865), o periódico **Cabrião** (de 1866 a 1867) e o jornal republicano **Polichinello** (publicado em alguns meses de 1876). Em todos eles, o humor e a sátira eram utilizados para criticar e protestar contra a política oficial dos partidos (inclusive, o Republicano, do qual fez parte) e condenar figuras públicas (como juízes da Província).

Uma particularidade de seu único livro é o local a partir do qual o eu lírico fala. Getulino aparece como uma figura pequena e ligada à causa dos pobres. Para além da crítica social, essa atitude do poeta revela uma defesa antecipada às críticas do meio intelectual. Algo semelhante teria ocorrido a Cruz e Sousa ao selecionar o título de seu livro de poemas, **Broquéis**, que revela a um só tempo a filiação às formas escultóricas e antigas e sua consciência de que a poesia é escudo, defesa contra as afrontas vividas na sociedade (Rabello: 2006: 113).

Alguns poemas são ilustrativos dessa posição defensiva/combativa a partir da qual o poeta se relaciona com o meio em que vive: “Prótase”, “Lá vai verso”, “Sortimento de Gorras” e “Quem sou eu?”. Além de satirizar e criticar os poderosos, como salienta Azevedo (1999), esses poemas tematizam a questão da discriminação racial. Ao antecipar as críticas ao seu livro, o poeta reforça sua procedência social e cultural, desafiando seus interlocutores a definirem os termos da ofensa à sua pessoa e à sua poesia (Azevedo: 1999: 48).

Aqui Luiz Gama não ocupa apenas o lugar de um poeta negro em busca de ascensão pessoal. Ainda que controversa a sua importância estética para a definição do cânone da literatura nacional, singulariza-se a sua experiência escritora como a solidificação de um discurso racializado até então desconhecido nas letras nacionais. Diferentes críticos literários, como Coelho Neto e Sílvio Romero, vão perceber a dimensão política de seu livro, garantindo a sua permanência. Mas, para além do valor estético ou político de sua obra, destaca-se “os conflitos e contradições que estavam sendo levantadas e forjadas na experiência de seu autor” (Azevedo: 1999: 51).

Mesmo desprezada como produção artística, ela ganha vulto na reconstrução do discurso contra hegemônico no interior da cultura letrada. O ativista político do abolicionismo ganha o estatuto de um articulador da resistência cultural.

Como revela Azevedo (1999), boa parte dos versos de Gama aborda o fato de ele ter sido escravo e viver numa sociedade escravocrata. É possível, portanto, através do olhar peculiarmente crítico do poeta que se apresenta a seus leitores como negro – em pleno regime escravista – perceber qual o posicionamento deste ex-escravo dentro de um mundo que aparentemente não seria o seu (Azevedo: 1999: 52).

Essa percepção, essa lucidez, garante ao poeta não capitular diante da doce ilusão de ascensão social que significava a sua posição dentro da sociedade imperial e escravagista. Poeta e jornalista satírico, Luiz Gama marcava a sua presença pela negativa. A ele faltava a tranquilidade para compactuar com o discurso hegemônico. Sua produção, embora pequena e restrita a um círculo de intelectuais, marca um ponto a partir do qual se pode enxergar a contra ideologia e a resistência às representações dominantes sobre o negro.

Ao afirmar a africanidade, ao apontar a discriminação racial, ao denunciar a mediocridade da elite que se pretendia “nacional” e “moderna” e ao sugerir a torpeza do processo de miscigenação, a partir do qual se buscava um embranquecimento e um

esquecimento das raízes negras, Luiz Gama cria um repertório de armas contra as teorias e discursos que se cristalizariam nas próximas décadas. Vejamos algumas estrofes de poemas que ilustram o que acabou de ser dito:

Se os nobres desta terra, empanturrados,
Em Guiné tem parentes enterrados;
E, cedendo à prosápia, ou duros vícios,
Esquecendo os negrinhos seus patrícios;
Se os mulatos de cor esbranquiçada,
Já se julgam de origem refinada,
E curvos à mania que domina,
Desprezam a vovó que é preta-mina: -
Não te espantes, ó Leitor, da novidade,
Pois tudo no Brasil é raridade!

(“Sortimento de Gorras”)

Por meio desses versos, Luiz Gama rejeita a ideologia do embranquecimento, pois julga que os laços de africanidade e de negritude superam os limites da cor. Para ele, a ascendência africana era mais forte do que os traços culturais que, no Brasil, exoticamente queriam ser afirmados. A raça aparece implicitamente para afirmar a situação de ser negro na sociedade e denunciar a sua condição, mas também valorizar a ascendência africana “para que ela pudesse ser reconhecida e aceita” (Azevedo: 1999: 63), sugerindo, a partir dessa crítica, outras raízes para a construção da “nacionalidade”.

Antecipando outro tema que surgiria com força nas últimas décadas do século XIX e início do XX, Luiz Gama critica em outro poema a impossibilidade do negro ser um intelectual e poder fazer parte do universo das ciências e das letras.

Ciências e letras
Não são para ti
Pretinho da Costa
Não gente aqui
(...)
Não quero que digam
Que fui atrevido;
E que na ciência
Sou intrometido.

Desculpa, meu amigo,
Eu nada te posso dar;
Na terra que rege o branco
Nos privam té de pensar!...

(“No álbum do meu amigo J. A. da Silva Sobral”)

É impossível, ao ler esse trecho, não estabelecer um paralelo com o “Emparedado” de Cruz e Sousa, texto publicado em 1898. A particularidade, no entanto, da crítica de Luiz Gama, de 1859, remonta não ao papel do discurso científico, que legitima a política pós-colonialista, mas ao papel da escravidão na sociedade imperial do Brasil dito independente. Nota-se que a exclusão dos negros do mundo das letras e da ciência não deriva de alguma condição genética ou cultural, mas de uma imposição econômica do mundo dos brancos. Pretos trabalham, enquanto brancos gozam o universo das ideias.

Na prosa poética de Cruz e Sousa, a ciência nega o “entendimento” e a razão ao negro, enquanto aqui, em Luiz Gama, essa “privação” surge da terra regida pelo branco. Compreende-se a mudança no enfoque da ideologia racista, porque se altera o contexto social na qual ela se desenvolve.

Luiz Gama morreu antes de ver a abolição: os negros eram escravos e sua condição os impedia de ter acesso ao trabalho intelectual. Cruz e Sousa escreve sua obra de maturidade no período após a abolição: a condição de escravo inexistia, mas persistia a exclusão social. No contexto do primeiro, a lei oficial (“na terra que rege o branco”) se ocupa do papel de discriminar e excluir os negros; no contexto do segundo, a ciência oficial (“ditadora ciência d’hipóteses negou em absoluto para as funções do Entendimento” (2008: 625)) trata de legitimar a exclusão.

Nos dois casos o discurso poético aparece como parte de uma luta contra o racismo e contra as práticas e ideias dominantes. Mesmo sem mobilizar os grupos sociais a que se dirigiam os textos, ambos convergem para a construção de uma arquitetura da resistência cultural. O que, naturalmente, diferencia ambos diz mais respeito às atividades a que se lançaram: enquanto em Luiz Gama havia uma unidade, uma coesão entre a atividade política e a poética; essa coesão era mais frágil em Cruz e Sousa. A atividade política/militante perpassa a vida de Luiz Gama, enquanto, no sentido estrito, ela só pode ser encontrada na década de 80 em Cruz e Sousa. No entanto, sem dúvida, assim como o relativo sucesso de Luiz Gama com o seu livro de poema marcou sua existência; a travessia de Cruz e Sousa pelo discurso e ambiente abolicionista marcaria parte de sua produção e o conduziria a uma visão mais ampla da condição de poeta negro na Primeira República.

3 O abolicionista Cruz e Sousa

As **Primeiras trovas burlescas de Getulino** consagravam Luiz Gama, elevando-o acima da plebe. Não é à toa que a partir de sua publicação pôde circular mais facilmente nos meios jornalísticos, publicando durante toda a vida.

Importante notar, no entanto, que o espaço de Luiz Gama era o da pequena São Paulo das décadas de 60 e 70 do século XIX. Cruz e Sousa não obteve a mesma sorte, pois, depois de sair de sua terra, também pequena, não encontraria o mesmo prestígio na capital, a cidade do Rio de Janeiro, na década de 90.

Constrangido pela dinâmica cultural do Rio de Janeiro, onde já se encontravam mapeados os espaços literários entre Realistas e Naturalistas na prosa e os Parnasianos na poesia, Cruz e Sousa sofreu também com a mudança política nascida com a instauração da Primeira República.

Conforme salienta Carvalho, no período imperial, o Estado atuava como organizador da cultura e da atividade intelectual (2008: 322). O vínculo, por exemplo, entre um intelectual negro como André Rebouças com o poder instituído tornava-se impossível na Primeira República. Nela surge a tematização da questão racial, a partir de um viés cientificista, que legitima a distinção social – antes solidificada sobre o critério de possuidores e não possuidores de escravos.

Cruz e Sousa, entretanto, não poderia ter esse olhar retrospectivo sob o panorama das relações sociais. Sua inserção na cidade do Rio de Janeiro nasce da perspectiva de melhoria.

Para chegar, portanto, ao horizonte intelectual que o forja nos anos 90 do século XIX como o excluído, o marginalizado, o grande poeta negro - incompreendido pelos seus contemporâneos - percorreu um caminho sob a marca da indignação com as injustiças e com a defesa de uma arte elevada em meio a tão mesquinho ambiente cultural.

Falamos do poeta que, nos anos 80, em Desterro e nas viagens que faz pelo Brasil com uma Companhia Dramática, conhece o movimento abolicionista, nele se integrando como parte de suas atividades intelectuais.

Esse Cruz e Sousa pouco conhecido ajuda a explicar as escolhas que o poeta foi fazendo nos últimos e mais importantes anos de sua produção literária. **Missal** e **Broquéis**, obras de 1893, são, ao mesmo tempo, o produto de uma esperança de sucesso projetada ao longo de anos pela perspectiva de fim da escravidão e do preconceito racial (vivido pelo poeta em sua terra e em suas viagens) e a certeza de que tal sucesso e ascensão não viriam senão por uma intensa luta nos meios intelectuais.

3.1 A infância e juventude de Cruz e Sousa

Nasceu em 24 de novembro de 1861, filho de Carolina Eva da Conceição, negra escrava liberta e Mestre Guilherme, escravo liberto apenas em 1865 por seu senhor Coronel Guilherme Xavier de Sousa, cuja esposa, Clarinda Fagundes de Sousa, ensinou o menino João da Cruz a ler e a escrever.

Como mostrou ser prodigioso nos estudos, escrevendo seus primeiros poemas aos setes anos, foi cuidado pelo casal de senhores, sendo matriculado no Ateneu Provincial Catarinense em 1871, onde fica até fins de 1875.

Com 16 anos, publica seus primeiros versos nos jornais da Província do Desterro, ganha notoriedade como um precoce talento. Em 1881, com o amigo Virgílio Várzea, funda um pequeno semanário denominado **Colombo**. Afeiçoado pelo Romantismo abolicionista de Castro Alves, dedica um dos números de seu jornal ao poeta condoreiro, por ocasião de 10 anos de sua morte.

Por essa época, parece ter escrito um de seus poemas antiescravistas, reunido postumamente em **O Livro Derradeiro**, cuja inclinação estética faz lembrar a retórica condoreira do poeta baiano. Trata-se do poema “Escravocratas”, no qual o poeta, de forma grandiloquente, denuncia os “trânsfugas do bem”, que vivem “à luz de um privilégio”, e anuncia o seu desejo de vingança na estrofe final do soneto:

Eu quero em rude verso altivo adamastórico,
vermelho, colossal, d’estrépito, gongórico,
castrar-vos como um touro – ouvindo-vos urrar!

Mas o tom dramático e emocional esconde certo distanciamento que outro poema desse livro evidencia. Falamos do poema “Da Senzala”, no qual se vislumbra a atitude ativa do poeta que analisa a situação dos cativos, a degeneração de suas personalidades em um ambiente de tanto horror.

De dentro da senzala escura e lamacenta
aonde o infeliz
de lágrimas em fel, de ódio se alimenta
tornando meretriz.

A alma que ele tinha, ovante, imaculada
alegre e sem rancor;

porém que foi aos poucos sendo transformada
aos vivos do estertor...

De dentro da senzala,
aonde o crime é rei, e a dor – crânios abala
em ímpeto ferino;

Não pode sair, não,
um homem de trabalho, um senso, uma razão...
e sim, um assassino!

Como se vê, o tom da poesia de rasgos românticos mostra uma distância entre o eu lírico e a cena descrita. Surge mais como gesto racional, como parte da propaganda abolicionista que se projetara com força na década de 80 do século XIX.

De fato, o jovem Cruz e Sousa ainda não amargara as decepções que os anos seguintes lhe provocariam na cidade do Rio de Janeiro. É um abolicionista, mas não apresenta ainda a originalidade que marcava a produção de Luiz Gama, tratado anteriormente. Ao contrário, estava fixado nos moldes da crítica já estabelecida pelos abolicionistas consagrados, como Castro Alves.

A partir de 1881, Cruz e Sousa parte em suas viagens pelo Brasil com companhias de Teatro. Em fins de 1882, conhece a Companhia Dramática Julieta dos Santos, que passava por Desterro, e que era dirigida por Francisco Moreira de Vasconcelos, um jovem ator e empresário. Tornando-se secretário da Companhia, tem a oportunidade de estender suas viagens do Sul ao Norte do país. Durante dois anos, visita várias cidades e capitais. Em 1883, realiza conferências abolicionistas. Em 1884, está na Bahia, de muitos escravos e forte movimento abolicionista. Realiza também conferências e recebe homenagens. Segue para Pernambuco e de lá para o Ceará, onde o poeta descobre um mundo novo: lá havia sido abolida a escravidão em 25 de março.

Em 1885 é publicado com Virgílio Várzea o livro **Tropos e Fantasia** e também assume em Desterro a redação do jornal **O Moleque**, cujo título era dado em desafio ao preconceito de cor.

Embora tenha durado apenas um ano, por meio dele, Cruz e Sousa fez conhecer sua personalidade irreverente, publicando artigos sobre o abolicionismo e criticando a sociedade desterrense, que o recusava por ser negro. Dois fatos ilustram a rejeição que sofria: em 1884, o Dr. Francisco Luís da Gama Rosa, então presidente da Província, nomeia Cruz e Sousa como promotor de Laguna, cidade da Província. No entanto, o poeta jamais assume o cargo por aberta oposição dos chefes locais, que o recusaram por ser homem de cor. Em 1885, como redator de **O Moleque**, também foi rejeitado para a festa tradicional do “Clube 12 de Agosto”, onde se reunia os intelectuais da localidade. Em resposta a mais essa rejeição, escreve um editorial agressivo em agosto de 1885, que merece ser transcrito:

Achavam-se [no baile do Clube 12 de Agosto] alguns representantes da Imprensa, menos o Moleque que teria de embalsamar-se primeiro, para não cheirar a cachaça ou a crioulo forro, a fim de melhor subir as escadarias pomposas do majestosíssimo e fidalgo Club 12. (...)

Uma vez que o Moleque não é um trapo sujo do monturo, um caráter enluvado com sífilis moral por dentro, um pasquim

ordinário e safado, um bêbado de todas as esquinas ou um leproso de todas as lamas, havia obrigação (...) de ser o Moleque considerado como gente (...)

Se não se distribuiu convite para o Moleque porque o seu redator-chefe é um crioulo, é preciso saber que este crioulo não é um imbecil que não o saiba e o diga bem alto, por sua honra, por seu orgulho, porque não se vexa de ombrear com ninguém deste mundo que saiba o que é cavalheirismo, educação e probidade.

É um crioulo que tem muita presunção em o ser e não se curva, a despeito de tudo, senão ao talento, à bondade e ao caráter.

E daí, o diamante sai do carvão.

A pérola vem do abismo.

O dia surge da treva (...) (in: Rabello: 2006: 93)

O tom das palavras e do discurso não lembra a retórica romântica. Ao contrário, é a denúncia crua de um intelectual “crioulo” que não se curva e que se orgulha de assim o ser. Aproxima-se assim o discurso de Cruz e Sousa do expresso em Luiz Gama, algumas décadas antes.

A imagem que se construiria no início do século XX de um Cruz e Sousa “quase branco”, que se ligara à filosofia dos “arianos” pela “vontade do poeta de ocultar as suas origens, de subir racialmente, de passar, ao menos em espírito, a linha de cor” (Coutinho: 1979: 159), não se coaduna com as experiências que o homem João da Cruz viveu.

A publicação de parte de sua conferência “Abolicionismo” (realizada na Bahia um ano antes) no jornal **O Moleque** também dá provas de suas posições políticas. No artigo que antecede a transcrição da conferência, Cruz e Sousa rejeita a então proclamada lei Saraiva (a lei dos Sexagenários), de 28 de setembro de 1885, que regulava a extinção gradual do elemento servil. Segundo ele, tratava-se de “uma lei de fancaria, essa; uma lei que escraviza os escravos e documenta, com a morte, a liberdade dos mais velhos” (Sousa: 1961: 768).

Aquela distância entrevista em alguns poemas citados anteriormente não existe aqui. O abolicionista Cruz e Sousa não se satisfaz com meias medidas de um sistema decrépito, exige sua extinção imediata.

Compreende-se, portanto, a sua produção abolicionista como parte importante das convicções intelectuais de Cruz e Sousa. À luz dessa interpretação, a temática da escravidão, do preconceito e da exclusão racial não aparece como uma excrescência na obra do poeta: faz parte do legado deixado por esse intelectual para a compreensão do movimento abolicionista e pós-abolicionista.

Os vários textos hoje reunidos sobre essa temática são páginas de um abolicionismo consciente de seu lugar e de seu papel na história. Além dos já citados, poderiam ser enumerados outros textos em verso e em prosa que mostram o vínculo do poeta com a causa negra: “O Padre”, “Auréola Equatorial”, “Entre Luz e Sombra”, “Sete de Setembro”, “Dor Negra”, “Consciência Tranquila”, “Crianças Negras”, além de artigos, cartas e as conferências que produziu durante suas viagens.

Conclusão

Alguns dos textos citados datam do período pós 1888, quando a abolição era um fato. Entretanto, do mesmo modo que Cruz e Sousa via a abolição como um ato da razão

humana e nela depositava sua esperança de igualdade entre os homens, sabia bem que toda discriminação racial não se extinguiria do dia para a noite. Daí já termos indicado que o título de **Broquéis**, de 1893, funcionava como uma defesa contra os ataques que receberia dos meios intelectuais da época.

Fazer poesia à moda francesa era um atrevimento, tanto para o momento histórico, no qual se buscava consagrar a tematização do nacional e a construção da nacionalidade (Barros: 2009), quanto para um negro, cujos pais foram escravos (Rigui: 2006).

O “Emparedado” e “Dor Negra”, publicados em **Evocações** de 1898 e “Crianças Negras”, escrito também na década de 90, mas publicado apenas nas obras completas de 1945, dão provas da opressão social a que estavam submetidos os negros. As estrofes seguintes são parte do poema “Crianças Negras”:

Para cantar a angústia das crianças!
Não das crianças de cor de oiro e rosa,
Mas dessas que o vergel das esperanças
Viram secar, na idade luminosa.

Das crianças que vêm da negra noite,
Dum leite de venenos e de treva,
Dentre os dantescos círculos do açoite,
Filhas malditas da desgraça de Eva.

Das crianças vergôntes dos escravos
Desamparadas, sobre o caos, à toa
E a cujo pranto, de mil peitos bravos,
A harpa das emoções palpita e soa.

Não podendo mais depositar a fé na Abolição, que já ocorrera, o discurso de Cruz e Sousa singulariza-se dos antecessores por expressar a crítica à condição do negro na Primeira República. Ao assumir definitivamente a voz da raça, do negro descendente da África, o poeta formula um original discurso contra hegemônico.

Com efeito, Alfredo Bosi, no artigo “Poesia versus racismo” afirma existir em Cruz e Sousa uma atitude de resistência cultural às teorias racistas. Ao analisar a prosa poética de o “Emparedado”, viu um protesto contra a “ideologia dominante no discurso antropológico” (BOSI: 2002: 238).

Em uma denúncia perspicaz da ciência oficial que a tudo classificava e julgava, legitimando os processos de colonização e super exploração do trabalho ainda em voga, o texto “Emparedado” permitia servir como um contraponto à ciência das “hipóteses” e com pretensão “universalista”.

Bosi defende a noção de que no solo da cultura dominante estabelecem-se tendências e linhas que vão conformar “culturas subjetivas”. A resistência a que alude em seu artigo não transforma o meio circundante, mas é uma resposta a ele. Segundo suas palavras:

A cultura subjetiva é gestada ao longo da criação de obras singulares e altamente diferenciadas que nem sempre conseguem atingir o domínio público. A cultura subjetiva pressupõe a cultura objetiva, assim como o atípico pressupõe o típico, o descontínuo pressupõe o contínuo, o sui generis pressupõe o gênero, o arcaísmo e o neologismo empregados por um escritor original pressupõem a

norma contemporânea da qual, por um momento, ele se afasta (BOSI: 2002: 242).

Desse modo, essa cultura subjetiva pode explicar o lugar da produção abolicionista de Cruz e Sousa e o lugar da produção poética de Luiz Gama. Entrelaçadas por seu alto grau de diferenciação em relação aos seus contextos de origem, essas produções convergem por constituir um discurso em torno da raça e da afirmação do ser negro na sociedade escravagista.

Mesmo sem atingir o domínio público, quando criadas, e sem entrar no que é convencionalmente estabelecido como o “melhor” da produção desses intelectuais, os poemas e textos que tematizam a abolição e a questão negra conformam uma resistência à cultura dominante. Resistência tecida ainda no século XIX, e fundamental hoje para reconstruir a história das ideias e da cultura desse período.

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Angela. **O triângulo negro do abolicionismo: Rebouças, Gama e Patrocínio**. Manuscrito.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro*. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, 30, dezembro de 1996.
- AZEVEDO, Elciene. **Orfeu da carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial Cidade de São Paulo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp: 1999.
- BARROS, Fernando Monteiro Junior. *A poesia brasileira do fim do século XIX e da Belle Époque: parnasianismo, decadentismo e simbolismo*. In: **Revista Solettras**, Ano IX, nº 17. João Gonçalo: UERJ, jan./jun. 2009, p. 16-27.
- BOSI, Alfredo. *Poesia versus racismo*. In: **Revista Estudos Avançados**, vol. 16, nº 44. São Paulo: IEA, jan./abr, 2002, p. 233-53.
- CARVALHO, Maria Alice R. *Intelectuales Negros en el Brasil del Siglo XIX*. In: Altamirano, Carlos; Myers, Jorge (org.). **Historia de los Intelectuales em America Latina**. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, p. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, p. 312-334.
- _____. *André Rebouças e a questão da liberdade*. In: Botelho, André e Schwarcz, Lilia. **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 46-59.
- COUTINHO, Afrânio (org.). **Fortuna Crítica: Cruz e Sousa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- CRUZ E SOUSA, João da. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1961.
- CRUZ E SOUSA, João da. **Obra Completa, vol. 2: prosa**. Jaraguá do Sul: Avenida Editora: 2008.
- GAMA, Luis. **Primeiras trovas burlescas de Getulino**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- RABELLO, Ivone Daré. **Um canto à margem: uma leitura da poética de Cruz e Sousa**. São Paulo: EDUSP, 2006.
- RIGUI, Volnei José. **O poeta emparedado: tragédia social em Cruz e Sousa**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Brasília: Universidade de Brasília, 2006.